



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

TERMO DE REFERÊNCIA

Processo e-PAD n. 33.126/2023

| | |
|--|-----------|
| 1. Condições gerais da contratação..... | 3 |
| 2. Fundamentos da contratação..... | 5 |
| 2.1. Motivação..... | 5 |
| 2.2. Objetivo..... | 7 |
| 2.3. Benefícios diretos e indiretos..... | 7 |
| 2.4. Alinhamento com o Planejamento Estratégico ou de TIC e o Plano Anual de Contratações..... | 8 |
| 2.5. Referência ao Estudo Técnico Preliminar..... | 9 |
| 2.6. Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e serviços a serem contratados..... | 9 |
| 2.7. Análise de mercado de TIC..... | 9 |
| 2.7.1. Contratações públicas similares..... | 10 |
| 2.8. Parcelamento da solução..... | 10 |
| 2.9. Definição e justificativa da escolha da solução..... | 10 |
| 2.10. Natureza do objeto..... | 10 |
| 3. Descrição da solução..... | 11 |
| 3.1. Especificação técnica..... | 12 |
| 3.2. Conformidade técnica e legal do objeto..... | 12 |
| 3.3. Ciclo de vida..... | 13 |
| 4. Requisitos da contratação..... | 14 |
| 4.1. Sustentabilidade..... | 14 |
| 4.2. Exigência de amostra / Prova de Conceito..... | 14 |
| 4.3. Subcontratação..... | 16 |
| 4.4. Cooperativas..... | 16 |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
 Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

| | |
|--|-----------|
| 4.5. Consórcios..... | 16 |
| 5. Garantia da contratação..... | 16 |
| 6. Regime de execução do contrato..... | 17 |
| 7. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato..... | 19 |
| 8. Critérios de medição e de pagamento..... | 20 |
| 8.1. Recebimento do Objeto..... | 20 |
| 8.2. Liquidação e Pagamento..... | 22 |
| 9. Reajuste contratual..... | 26 |
| 10. Transferência de conhecimento..... | 26 |
| 11. Direitos de propriedade intelectual..... | 26 |
| 12. Forma e critérios de seleção do fornecedor..... | 27 |
| 13. Estimativas do valor da contratação..... | 28 |
| 14. Das infrações e sanções administrativas..... | 28 |
| 15. Mapa de gerenciamento de riscos..... | 29 |
| 16. Da Equipe de Planejamento da Contratação..... | 29 |
| 17. Da dotação orçamentária..... | 31 |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

1. Condições gerais da contratação

- 1.1.** Contratação de sistema informatizado para gestão do Plano de Assistência à Saúde do TRT-MG, nos termos da tabela abaixo, conforme especificações, condições e exigências estabelecidas neste Instrumento.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | CATSER | UNIDADE DE MEDIDA | QUANT. |
|-------------|--|---------------|--------------------------|---------------|
| 1 | Implantação de solução tecnológica em nuvem - "as service" - que permita realizar a gestão e execução de procedimentos vinculados aos benefícios oferecidos atualmente e outros que vierem a ser incluídos no futuro, assim como todas as tarefas (migrações, customizações, configurações, integrações, treinamento, operação assistida etc) que se fizerem necessárias para que a solução seja utilizada | 26972 | UN | 1 |
| 2 | Licenças de uso, suporte nível III e manutenção | 27502 | UN | 12.000* |

* A quantidade de licenças apresentada acima representa uma referência para fins de estimativa de valores para contratação, porém o número de licenças efetivamente contratadas será determinado por uso conforme descrito na seção "Licença de uso" do ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 1.2.** A presente licitação será realizada em Grupo Único, formado pelos 2 (dois) itens especificados no item 1.1, devendo o licitante oferecer proposta única composta pelos dois itens.
- 1.3.** O objeto desta contratação enquadra-se na categoria de bens e serviços de natureza comum, nos termos do art. 6º, inc. XIII, da Lei n. 14.133/2021.
- 1.4.** O prazo de vigência da contratação é de 05 (cinco) anos contados da assinatura contratual, prorrogável por igual período, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n. 14.133/2021.
- 1.4.1.** O prazo estimado de execução do item 1 será de até 12 (doze) meses e o item 2 terá sua execução iniciada a partir do recebimento definitivo¹ do item 01 conforme cronograma estabelecido no ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO.
- 1.4.2.** O objeto desta contratação se caracteriza como comum e contínuo, uma vez que servirá à manutenção da atividade administrativa da instituição, decorrentes de necessidades permanentes ou prolongadas, conforme art. 6º, XIII e XV, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- A existência de um serviço inicial de implantação que não se repetirá, não afasta essa característica, já que é na verdade uma etapa da execução do objeto contratado.
- 1.4.3.** Considerando que o item 01 (implantação) se caracteriza como primeira etapa da execução contratual e que não se repetirá ao longo do tempo, apenas o item 02 (licenças de uso, suporte nível III e manutenção) poderá ter sua execução prorrogada por meio de termo aditivo de prorrogação contratual, limitando-se à vigência contratual total de 10 (dez) anos a contar da assinatura², nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

¹ Exemplificadamente: se a implantação terminar em 11 meses, o item 2 vigorará por 4 anos e 1 mês, totalizando os 5 anos de contrato.

² Tomando-se o exemplo hipotético acima, com a prorrogação o item 2 terá vigência total de 9 anos e 1 mês.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

2. Fundamentos da contratação

2.1. Motivação

A Justiça do Trabalho vem realizando, ao longo dos últimos anos, investimentos significativos na informatização de suas atividades.

O Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT3), por meio das ações realizadas pela Secretaria de Saúde e Diretoria de Gestão de Pessoas, oferece aos magistrados, servidores, pensionistas e seus dependentes o Plano de Assistência à Saúde composto, atualmente, pelos seguintes benefícios:

- **TRTer Saúde:** assistência com rede credenciada oferecida pelo próprio TRT3, atualmente com serviços em Psicologia, Fisioterapia, Odontologia e Programa de Imunização.
- **Programa de Assistência Farmacêutica (PAF):** assistência oferecida para cobertura total ou parcial de despesas com medicamentos, mediante auxílio de caráter indenizatório por meio de reembolso.
- **Programa de Odontologia Preventiva (POP):** assistência em Odontopediatria prestada diretamente pelos servidores do TRT3 lotados na Seção de Assistência Odontológica a dependentes de 0 a 12 anos, com o objetivo de promover saúde bucal na infância.
- **Exame Odontológico Periódico (EOP):** assistência em odontologia anual, constituída por exame clínico, profilaxia dentária (limpeza) e orientações em saúde bucal, prestada preferencialmente por meio da rede credenciada.
- **Plano de Assistência Médico-Hospitalar Contratado:** assistência oferecida por meio de contratação de operadora de plano de saúde abrangendo serviços médico-hospitalares conforme legislação regulamentada pela ANS.

Atualmente, a Secretaria de Saúde (SES), para operacionalizar suas atividades vinculadas aos benefícios especificados acima, processa as informações registradas pelos credenciados e beneficiários em documentos impressos (posteriormente digitalizados, conforme o caso) ou em formulários digitais editáveis “.pdf”, que são enviados à SES por



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

e-mail, Processo Administrativo Eletrônico do TRT3 (e-PAD) ou até mesmo por malote, correios ou entregues em mãos para serem digitalizados pelas equipes da área da saúde.

As informações contidas nesses documentos são duplamente processadas, com lançamentos manuais dos dados no Sistema do Plano TRTer Saúde, desenvolvido em 1997 na plataforma Putty/Zim, tecnologia fundamentada em linguagem antiga e muito defasada, com risco de possível descontinuidade pelo fabricante, e que não atende às demandas atuais e crescentes do Plano de Assistência à Saúde oferecido pelo TRT3.

Por falta de uma solução tecnológica adequada, é necessário, ainda, que a equipe da SES lance e/ou processe parte dessas informações também em outros sistemas que não estão integrados ao sistema Putty/Zim, tais como SIGEO (Sistema de Gestão e Execução Orçamentária) e SIGS (Sistema Integrado de Gestão em Saúde).

Utilizando o sistema Putty/Zim e planilhas, é possível registrar somente o mínimo de informações necessárias ao pagamento dos credenciados, ao desconto da coparticipação em folha de pagamento ou ao crédito de valores referentes a reembolso de tratamentos dos magistrados e servidores beneficiários. Não há, por exemplo, mecanismos de processamento e análise dos dados sob o ponto de vista de gestão em saúde, para a adequada gestão/fiscalização dos procedimentos executados pela rede credenciada e do perfil de utilização dos serviços por parte dos beneficiários.

Toda a comunicação entre os credenciados, beneficiários e as diversas áreas envolvidas nos processos relativos aos benefícios de Saúde (Seções vinculadas à Secretaria de Saúde, Diretoria de Orçamento e Finanças e Secretaria de Pagamento de Pessoal) é realizada por e-mail e/ou e-PAD, sendo criados mensalmente centenas de protocolos no e-PAD, que precisam ser controlados por meio de planilhas.

Como o processo de trabalho atual possui inúmeras etapas e não conta com ferramentas automatizadas e integradas, os servidores da Secretaria de Saúde enfrentam muitas dificuldades para lançar o grande volume de dados com velocidade, realizar análises qualificadas e controles mais efetivos, bem como emitir relatórios estatísticos e epidemiológicos. Como consequência, tem-se retrabalho, maior risco de erros, atraso no tempo de resposta às demandas, insatisfação de beneficiários e credenciados, além de um custo



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

elevado com pessoal, que poderia ser melhor aproveitado em atividades gerenciais, assistenciais e se dedicando a novos projetos e ações em saúde.

Assim, para que se possa conseguir aprimorar a gestão dos benefícios oferecidos pelo Plano de Assistência à Saúde do TRT3, reduzir etapas deste processo de trabalho, produzir informações e relatórios de maneira mais facilitada, favorecer análises de dados de maneira mais qualificada, automatizar atividades de processamento de dados, facilitar e ampliar o acesso dos beneficiários e credenciados aos serviços oferecidos pelo Plano e dar maior efetividade às rotinas de trabalho das áreas diretamente envolvidas, a saber, a Secretaria de Saúde, Diretoria de Gestão de Pessoas e Diretoria de Orçamento e Finanças, é necessária a substituição do sistema atual por uma solução mais moderna, automatizada, que ofereça funcionalidades mais completas e que apoie a gestão e execução de todos os processos de trabalho aqui tratados.

Diante disso, faz-se necessário e urgente contratar solução tecnológica que permita a gestão técnico-administrativa e a execução de procedimentos relativos aos benefícios oferecidos atualmente pelo Plano de Assistência à Saúde, assim como de outros que vierem a ser incluídos no futuro. As especificações e requisitos estão detalhados no documento intitulado ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO e em seus anexos.

2.2. Objetivo

Contratação de Sistema informatizado para aprimorar a gestão dos benefícios oferecidos pelo Plano de Assistência à Saúde gerando maior eficiência na prestação dos serviços disponibilizados aos magistrados e servidores do TRT3 e seus dependentes.

2.3. Benefícios diretos e indiretos

- Alta aderência aos padrões tecnológicos e de segurança, visto que o atendimento aos padrões necessários são requisitos para a contratação.
- Menor necessidade de alocação de equipe de Tecnologia da Informação do TRT3, visto que apenas componentes necessários para integração com sistemas do próprio TRT3 seriam desenvolvidos internamente.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- Menor tempo de entrega do produto final para a área usuária. Uma vez que a solução já existe e é operacional, o tempo necessário seria apenas o de implantação e o de desenvolvimento de eventuais customizações.
- As soluções prontas no mercado, pelo menos em tese, agregam *expertise* e consolidam requisitos aplicáveis e testados em diversos cenários.
- Os softwares especializados geralmente estão em constante atualização com novas funcionalidades agregadas e com alterações legais prontamente implementadas.
- Visto que a contratação ocorrerá em nuvem, a infraestrutura necessária (servidores, dispositivos de armazenamento e rede, *firewall*, etc.) para uso do sistema será de responsabilidade da empresa CONTRATADA.
- Não seria exigida a contratação de licença/suporte pelo TRT3 de outro componente de infraestrutura, a exemplo do Banco de Dados ORACLE.

2.4. Alinhamento com o Planejamento Estratégico ou de TIC e o Plano Anual de Contratações

- Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD) 2021-2026, conforme Objetivo Estratégico: OE-8: Promover serviços de infraestrutura e soluções corporativas Índice: 8.1- Índice de atendimento dos serviços de TIC definidos pelo órgão ; Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho 2021-2026, conforme Objetivo:OE9 Incrementar modelo de gestão de pessoas em âmbito regional. Aplicar estratégias para aprimorar o dimensionamento e a alocação da força de trabalho, desenvolver as competências e o desempenho, bem como promover a saúde, a segurança e a qualidade de vida no trabalho, tendo como referencial a corresponsabilidade das lideranças, a autorresponsabilidade dos servidores e magistrados e a inovação dos métodos de trabalho nas modalidades presencial e a distância.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

2.5. Referência ao Estudo Técnico Preliminar

O Documento de Oficialização da Demanda (DOD) e os Estudos Preliminares juntados ao processo e-PAD n. 33126/2023 fundamentam, complementam e integram este Termo de Referência.

Havendo divergências com os Estudos Técnicos, resultantes de adequações jurídico administrativas ou por determinação de autoridade competente superior, prevalecerão as disposições do Termo de Referência, que integrará o Edital da licitação.

A especificação da solução, contendo os requisitos, está descrita no ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO deste Termo de Referência.

2.6. Relação entre a demanda prevista e a quantidade de bens e serviços a serem contratados

Conforme já exposto, no âmbito do TRT3, necessita-se de licenças de uso para aproximadamente 12 (doze) mil beneficiários, suporte técnico de nível III e manutenção de uma solução tecnológica em nuvem - “as service” - que permita realizar a gestão e execução de procedimentos vinculados aos benefícios de saúde oferecidos atualmente e outros que vierem a ser incluídos no futuro, assim como todas as tarefas (migrações, configurações, integrações, treinamento, operação assistida etc) que se fizerem necessárias para que a solução seja utilizada.

2.7. Análise de mercado de TIC

Conforme apresentado nos Estudos Técnicos Preliminares, foram analisadas 03 (três) soluções disponíveis para atendimento da presente demanda:

| Id | Descrição da solução (ou cenário) |
|-----------|---|
| 1 | Desenvolvimento interno da solução pelos servidores do quadro de TI do TRT3 |
| 2 | Adequação e implantação de solução desenvolvida por outro órgão público |
| 3 | Contratação de solução de software disponível no mercado |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

2.7.1. Contratações públicas similares

No desenvolvimento dos Estudos técnicos, foi realizada ampla pesquisa junto aos TRTs e ao TST para conhecer os modelos de planos de saúde adotados pelos órgãos e quais possuíam soluções de TIC que pudessem atender às demandas deste Regional. Verificou-se que o TST, o TRT-5 (Bahia) e o TRT-6 (Pernambuco) possuíam sistemas próprios com grande parte das funcionalidades das quais o TRT-3 necessita. Foram, então, feitas diversas reuniões da equipe de planejamento deste Tribunal com as equipes de saúde e de TI dos referidos órgãos, a fim de conhecer detalhadamente os sistemas, suas funcionalidades e características tecnológicas. Conforme justificativas apresentadas no item 3 dos Estudos Técnicos Preliminares, a implantação de qualquer dessas soluções no TRT3 é inviável no cenário atual.

2.8. Parcelamento da solução

Não se vislumbra o parcelamento do objeto desta contratação por tratar-se de sistema informatizado, ficando a cargo da empresa vencedora a entrega de todos os itens que compõem a solução.

2.9. Definição e justificativa da escolha da solução

A solução escolhida para atendimento desta demanda é a contratação de software disponível no mercado, devido à inviabilidade de implantação das outras soluções disponíveis, à insuficiência de servidores do quadro de TI e às diversas vantagens oferecidas pela modalidade de aquisição de **software as a service**, que são inclusive incentivadas pela estratégia da Justiça do Trabalho.

A relação completa dos requisitos da solução está especificada no ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO deste Termo de Referência.

2.10. Natureza do objeto

Este objeto possui características comuns e usuais encontradas atualmente no mercado de TIC, cujos padrões de desempenho e de qualidade são objetivamente definidos neste Termo



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

de Referência, caracterizando-se como de natureza comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021, em seu art. 6º, XIII.

Tratando-se de bens e serviços comuns, ofertados por empresas especializadas concorrentes no mercado, não se vislumbra vantagem ou necessidade de permitir a participação de consórcios na licitação, o que se veda.

3. Descrição da solução

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | QUANT. |
|------|--|---------|
| 1 | Implantação de solução tecnológica em nuvem - "as service" - que permita realizar a gestão e execução de procedimentos vinculados aos benefícios oferecidos atualmente e outros que vierem a ser incluídos no futuro, assim como todas as tarefas (migrações, customizações, configurações, integrações, treinamento, operação assistida etc) que se fizerem necessárias para que a solução seja utilizada | 01 |
| 2 | Licenças de uso, suporte nível III e manutenção | 12.000* |

* A quantidade de licenças apresentada acima representa uma referência para fins de estimativa de valores para contratação, porém o número de licenças efetivamente contratadas será determinado por uso conforme descrito na seção "Licença de uso" do ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO.

Solução de software:

a) Infraestrutura Tecnológica

Por ser contratação *as service*, toda responsabilidade pela infraestrutura é da equipe técnica da CONTRATADA. Os custos provenientes de infraestrutura e licenças dos componentes de infraestrutura deverão estar inclusos no custo de suporte e manutenção a cargo da CONTRATADA.

A equipe técnica do TRT3 irá fiscalizar todas as fases da contratação do serviço, bem como acompanhar a prestação de suporte pelo fornecedor, em caso de acionamento.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

b) Equipamentos necessários

Não há necessidade de instalação de equipamento diverso da solução.

c) Impacto ambiental

Não se vislumbra impacto ambiental com o objeto desta contratação.

3.1. Especificação técnica

As especificações detalhadas do item objeto encontram-se no ANEXO B-III - REQUISITOS TÉCNICOS deste Termo de Referência.

3.2. Conformidade técnica e legal do objeto

- Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), que dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural.
- Resolução CNJ Nº 370/2021, que estabelece a Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação do Poder Judiciário (ENTIC-JUD).
- Resolução CNJ Nº 468 de 15/07/2022 - Dispõe sobre diretrizes para as contratações de Solução de Tecnologia da Informação e Comunicação pelos órgãos submetidos ao controle administrativo e financeiro do Conselho Nacional de Justiça.
- Diversas legislações que regulamentam a acessibilidade e inclusão: Resolução CNJ 401/2021, Lei 13.146/2015, Lei Nº 12.527/2011 e Lei 10.098/2000.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

3.3. Ciclo de vida

A solução a ser contratada, assim como o processo de implantação dela neste Tribunal, está detalhada no documento intitulado ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO e em seus anexos.

A implantação ocorrerá mediante execução de um projeto com cronograma de até 12 (doze) meses corridos e liberações de pagamentos ao fornecedor após emissão de “Termos de Recebimento Definitivo” sobre cada entrega prevista no cronograma físico-financeiro do projeto.

As atividades e datas de entrega do cronograma físico-financeiro serão detalhadas e ajustadas entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA durante a etapa de Planejamento do Projeto. Ao final dessa etapa, será realizada uma reunião presencial nas dependências do CONTRATANTE para que a CONTRATADA apresente o planejamento do projeto para todas as partes interessadas do projeto.

A última entrega prevista da implantação é a Operação Assistida, que se configura como uma etapa na qual todos os usuários já utilizam o sistema em produção e necessitam de um suporte especial para garantir a efetiva transição para a nova solução.

Após o término do projeto de implantação, oficializado pela emissão do Termo de Recebimento Definitivo da entrega “Operação Assistida” do cronograma físico-financeiro, iniciar-se-á o período em que a solução seguirá licenciada e coberta por suporte nível III e manutenção (item 2). Cabe destacar que, durante a execução do item 1 (implantação), não haverá pagamento do item 2 (Licenças de uso, suporte nível III e manutenção).

Dois anos antes do término previsto do contrato, o TRT3 deve iniciar estudos visando determinar a necessidade de encerrar ou renovar o contrato e, em caso de encerramento, o último ano do contrato deve ser utilizado também para transferência de conhecimento da solução do fornecedor para o TRT3 e/ou o novo fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

4. Requisitos da contratação

4.1. Sustentabilidade

Não se vislumbra impacto ambiental da solução que exija tratamento ou ação dos CONTRATANTES. De modo genérico, qualquer eventual impacto deverá adequar-se às disposições, no que couber, a Lei n. 12.305/2010, que dispõe acerca da instituição de Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o “Guia de Contratações Sustentáveis da Justiça do Trabalho”, aprovado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) mediante Resolução CSJT n. 310/2021.

4.2. Exigência de amostra / Prova de Conceito

Como requisito para homologação do fornecedor vencedor, haverá a necessidade de realizar as seguintes avaliações pelo TRT3:

| Objetivo | Como será a avaliação? |
|--|---|
| Avaliar a exequibilidade do projeto de implantação | <p>O fornecedor deve demonstrar, em até 10 (dez) dias úteis, presencialmente nas dependências do CONTRATANTE, como estão implementados todos os requisitos funcionais e técnicos registrados no ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO e, para algum requisito que não esteja ainda atendido, o fornecedor deve apresentar, em até 5 (cinco) dias úteis, um Plano de Implementação de Requisitos Não Atendidos.</p> <ul style="list-style-type: none">• Caso o fornecedor considere algum requisito como atendido, porém o avaliador não o considere assim, esse deve ser classificado como um requisito não atendido e deve ser componente do plano de implementação.• O Plano de Implementação de Requisitos Não Atendidos deve conter, pelo menos, o cronograma detalhado, o número de pessoas a serem alocadas, o perfil técnico |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

| | |
|--|--|
| | <p>de cada uma delas e o plano de tratamento de riscos.</p> <ul style="list-style-type: none">• O CONTRATANTE irá avaliar o Plano de Implementação de Requisitos Não Atendidos visando classificá-lo quanto à sua exequibilidade dentro do prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro da contratação. Caso o plano apresentado seja considerado inexecutável pelo TRT3, o fornecedor poderá submeter um novo plano, uma única vez, em até 3 (três) dias úteis.• Será desclassificado o fornecedor que não tiver o Plano de Implementação de Requisitos Não Atendidos considerado como executável dentro do prazo estabelecido no cronograma físico-financeiro da contratação. <p>Será desclassificado sumariamente o fornecedor que não conseguir comprovar o atendimento imediato de 80% dos requisitos verificáveis de segurança de informação e de 40% dos requisitos funcionais e de acessibilidade passíveis de verificação.</p> <p>OBS: Essa avaliação não se confunde com a análise detalhada que será realizada na entrega oficial do sistema, quando ocorrerá a emissão dos Termos de Recebimento de cada uma das entregas previstas no cronograma físico-financeiro.</p> |
|--|--|

- 4.2.1.** É de responsabilidade única e exclusiva do licitante a apresentação de documentos que comprovem as afirmações contidas em sua proposta técnica. Comprovações necessárias à análise técnica, que não constem da proposta do licitante, poderão ser exigidas pelo CONTRATANTE durante toda a realização do procedimento licitatório. A documentação comprobatória deverá ser fornecida, nas formas previstas no art. 12 da Lei 14.133/2021. O descumprimento da norma contida nesta cláusula importará em desclassificação do licitante.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

4.3. Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.4. Cooperativas

Na fase de elaboração dos estudos preliminares não foram identificadas no mercado cooperativas que pudessem atender às características do objeto, das práticas de operação e comercialização no mercado. Entretanto, não há óbice à participação de Cooperativas, desde que atendidos os requisitos apresentados neste Termo de Referência.

4.5. Consórcios

Em face das características do objeto e das práticas de operação e comercialização no mercado, não se vislumbra necessidade ou vantagem na participação no certame de empresas reunidas em consórcio, o que se veda.

5. Garantia da contratação

- 5.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei n. 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.
- 5.2.** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 1 (um) mês após assinatura do contrato, e, no caso do seguro-garantia, em no mínimo 1 (um) mês, contado da homologação do certame, na forma do art. 96, § 3º da Lei n. 14.133/2023.
- 5.3.** O comprovante da garantia, qualquer que seja sua modalidade, deverá ser encaminhado para os endereços eletrônicos slctic@trt3.jus.br e saude@trt3.jus.br.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

6. Regime de execução do contrato

- 6.1.** As definições afetas à execução do contrato constam no ANEXO E - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO deste Termo de Referência.
- 6.2.** Caso não seja possível a entrega na data assinalada no cronograma, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior. Ficará a cargo da Administração autorizar, ou não, a prorrogação do prazo de entrega solicitada pela empresa.
- 6.3. A CONTRATADA** está condicionada às seguintes obrigações:
 - 6.3.1.** Indicar formalmente, no ato da assinatura do contrato, nomes e contatos dos representantes ou prepostos que serão os responsáveis pelas comunicações com o CONTRATANTE.
 - 6.3.2.** Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, no prazo e em estrita observância das especificações deste Termo de Referência e da proposta, acompanhados da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente os itens do objeto desta contratação.
 - 6.3.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26 do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).
 - 6.3.4.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
 - 6.3.5.** Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO

Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 6.3.6.** Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.
- 6.3.7.** Realizar seu cadastro, indicação de conta bancária e vinculação aos tribunais participantes do certame, se já não estiver cadastrada, na base de dados de fornecedores do Portal SIGEO-JT, por meio do endereço eletrônico <https://portal.sigeo.jt.jus.br/portal-externo>.
- 6.3.8.** Manter sigilo acerca das informações obtidas e geradas no decorrer do contrato, mediante assinatura do Termo de Compromisso com a Segurança da Informação disponível no ANEXO A deste documento.
- 6.3.9.** Realizar reuniões periódicas de acompanhamento com a CONTRATANTE com o objetivo de fornecer informações sobre o andamento do projeto, remover impedimentos e gerenciar os riscos durante a execução do projeto de implantação. A periodicidade das reuniões de acompanhamento deverá ser definida durante o planejamento do projeto.

6.4. O CONTRATANTE obriga-se a:

- 6.4.1.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto, de acordo com as determinações do contrato, ou outro instrumento que o substitua, especialmente deste Termo de Referência;
- 6.4.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais ou as contidas neste Termo de Referência e os termos de sua proposta;
- 6.4.3.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições na vigência do contrato (ou outro instrumento que o substitua) e da garantia técnica ou contratual, fixando prazo para a sua correção;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 6.4.4.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da contratação, na forma do contrato, ou outro instrumento que o substitua;
- 6.4.5.** Zelar para que durante toda a vigência do contrato (ou outro instrumento que o substitua) sejam mantidas em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 6.4.6.** O CONTRATANTE somente deverá receber objeto que atenda às especificações exigidas e o preço ofertado e efetuar o pagamento dentro do prazo pactuado;
- 6.4.7.** Aplicar as sanções conforme previstas legal ou contratualmente.

7. Modelo de Gestão e Fiscalização do Contrato

- 7.1.** A Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato será constituída pelos servidores nomeados pela autoridade competente, imediatamente após a assinatura do contrato, compreendendo, no mínimo, um integrante da área demandante, um integrante da área administrativa e um integrante da área técnica, titulares e substitutos.
- 7.2.** Os servidores responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato estão definidos no ANEXO F - EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO.
- 7.3.** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n. 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.4.** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 7.5.** As comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.6.** O CONTRATANTE poderá convocar representante da CONTRATADA para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 7.7.** Após a assinatura do contrato ou Instrumento equivalente, o CONTRATANTE poderá convocar o representante da CONTRATADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CONTRATADA, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 7.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n. 14.133/2021, art. 117, caput).
- 7.9.** A equipe de fiscalização, definida no ANEXO F - EQUIPE DE GESTÃO DO CONTRATO, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, observando as disposições do ANEXO E - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

8. Critérios de medição e de pagamento

8.1. Recebimento do Objeto

- 8.1.1.** Serão observados os prazos estabelecidos no item 1 – ROTINAS DE EXECUÇÃO do ANEXO E - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO e se dará por **entregas programadas**. O prazo máximo das entregas iniciar-se-á no fim da Etapa 1 do cronograma físico-financeiro indicado no ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO, quando haverá o Termo de Conclusão assinado pela Equipe de Gestão e Fornecedor.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 8.1.2.** Para as demais Etapas do item 1 desta contratação, seguir-se-á o cronograma e haverá o Termo de Recebimento Provisório que terá aceite no momento da entrega de cada Etapa. O Termo de Recebimento Definitivo seguirá o prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório.
- 8.1.3.** O prazo para recebimento definitivo de **cada entrega** poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.1.4.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n. 14.133/2021, comunicando-se à CONTRATADA para emissão de nota fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.1.5.** O prazo para a solução, pela CONTRATADA, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.1.6.** O Recebimento Provisório ou Definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.1.7.** O Recebimento Provisório do item 02 desta contratação será realizado mensalmente, no ato de recebimento da Nota Fiscal, após validado o relatório mensal de quantitativo de licenças em uso e o relatório de incidentes e chamados. O Termo de Recebimento Definitivo será emitido no prazo de 10 dias úteis contados da data de assinatura do Termo de Recebimento Provisório.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

8.2. Liquidação e Pagamento

- 8.2.1.** O pagamento do item 01 desta contratação será realizado de acordo com as entregas das etapas, seguindo o cronograma de implantação do ANEXO B - ESPECIFICAÇÃO DA SOLUÇÃO deste Termo de Referência.
- 8.2.2.** O pagamento do item 02 desta contratação será iniciado após a conclusão do projeto de implantação (item 01), caracterizado pela conclusão de todas as entregas do Cronograma Físico-Financeiro especificado no Anexo B e será realizado mensalmente, baseado nos relatórios enviados pela CONTRATADA contendo quantitativo de licenças em uso, incidentes e chamados.
- 8.2.2.1.** O prazo mínimo para a conclusão da implantação (entregas do item 1) de qualquer benefício é de 6 meses do início da vigência do contrato.
- 8.2.2.2.** Todos os benefícios devem entrar em produção no máximo após 10,5 meses do início da vigência do contrato e a operação assistida terá duração fixa de 1,5 mês. Dessa forma, completa-se o prazo de 12 meses, que é a duração máxima do projeto de implantação.
- 8.2.3.** Pagamentos relativos ao item 02 (Licenças de uso, suporte nível III e manutenção) que sejam provenientes de um benefício específico, devem observar a proporção do benefício em relação à entrega completa:

| Benefício | Proporção da entrega completa |
|--|--------------------------------------|
| TRTer Saúde | 60% |
| Programa de Assistência Farmacêutica (PAF) | 25% |
| Programa de Odontologia Preventiva (POP) | 5% |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

| | |
|---|----|
| Exame Odontológico Periódico (EOP) | 5% |
| Plano de Assistência Médico-Hospitalar Contratado | 5% |

8.2.4. Para fins de liquidação e pagamento, a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado deverá conter os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) a data da emissão;
- b) os dados do contrato e do órgão CONTRATANTE;
- c) o período respectivo de execução do contrato;
- d) o valor a pagar; e
- e) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.2.5. Satisfeitas as condições estabelecidas no Edital, o pagamento será creditado pelo CONTRATANTE, em nome da CONTRATADA, por meio de ordem bancária, em conta corrente por ela indicada, ou por meio de ordem bancária para pagamento de faturas com código de barras:

- a) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento definitivo, caso se trate de despesa cujo valor não ultrapasse o limite de que trata o inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021;
- b) no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da data do recebimento definitivo, caso se trate de despesa cujo valor ultrapasse o limite de que trata o inc. II do art. 75 da Lei n. 14.133/2021.

8.2.6. O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a CONTRATADA efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, inclusive no que se refere às retenções tributárias.

8.2.7. O pagamento será feito em moeda nacional.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
 Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 8.2.8.** Considerar-se-á como data de pagamento o dia da emissão da ordem bancária.
- 8.2.9.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa e o respectivo pagamento, estes ficarão sobrestados até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.
- 8.2.10.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei n. 14.133/2021.
- 8.2.11.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
 - b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.2.12.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do CONTRATANTE.
- 8.2.13.** Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

- 8.2.14.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 8.2.15.** Ocorrendo atraso no pagamento, por motivo a que não tiver dado causa e para o qual não tenha contribuído a CONTRATADA, o CONTRATANTE, quando do respectivo pagamento, incidirá juros moratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, apurados de forma simples e *pro rata die*, e, após decorridos mais de 30 (trinta) dias, atualizará o valor devido com base no índice mensal do IPCA/IBGE, *pro rata die*.
- 8.2.16.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA.
- 8.2.17.** A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar n. 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
- 8.2.18.** Os documentos fiscais exigidos no edital e no contrato, para fins de liquidação e pagamento de despesas, deverão ser juntados no portal SIGEO-JT-Execução Financeira (Sistema Integrado de Gestão Orçamentária e Financeira da Justiça do Trabalho), no qual a CONTRATADA deverá se cadastrar previamente ao envio da referida documentação.
- 8.2.19.** Para acesso ao Sistema SIGEO-JT/Execução Financeira, deverá a CONTRATADA utilizar o seguinte link: Portal do Usuário: <https://portal.sigeo.it.jus.br/portal-externo>.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

8.2.20. Para demais orientações acerca do Sistema SIGEO-JT, a CONTRATADA deverá acessar o seguinte endereço: Manual de Ajuda: <https://sigeo.it.jus.br/ajuda> (Fornecedores, Colaboradores e Credenciados da Saúde).

9. Reajuste contratual

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados, a pedido da CONTRATADA, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, § 7º, da Lei n. 14.133/2021, limitado o reajuste à variação do IPCA/IBGE ou de outro índice que passe a substituí-lo, o que for mais favorável ao CONTRATANTE, sem prejuízo da necessária negociação pelo gestor com vistas à obtenção de condição mais vantajosa. Para fins de reajuste, será considerado 24/05/2024 como a data do orçamento estimado.

10. Transferência de conhecimento

Toda produção ou qualquer outro serviço que demande a transferência de conhecimento seguirá o procedimento estabelecido no item 6 do ANEXO E - MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO.

11. Direitos de propriedade intelectual

A propriedade intelectual dos softwares fornecidos pela CONTRATADA permanecerá na titularidade do respectivo fabricante. A propriedade intelectual de todas as modificações nos softwares fornecidos, realizadas no escopo da contratação, bem como de todos os dados inseridos na solução, pertencerá ao CONTRATANTE.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

12. Forma e critérios de seleção do fornecedor

- 12.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO, observado o valor global do somatório dos itens 1 e 2.
- 12.2.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) para cada item. Os valores estimados terão caráter sigiloso e não serão publicados juntamente com esse termo de referência.
- 12.3.** O modo de disputa será aberto.
- 12.4. Tratamento diferenciado para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP)**

Afastada a exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, na forma disposta no art. 48, I e III da Lei Complementar n. 123/2006, pois os itens da contratação possuem valor superior a R\$ 80.000,00 e não se tratam de bens de natureza divisível.

12.5. Qualificação Técnica

O fornecedor deve comprovar, por meio de contratos, declarações e contatos de clientes, que a solução ofertada está em operação em pelo menos 01 (um) cliente com número de vidas atendidas de 6000 (seis mil).

Importante destacar que a solução ofertada deverá cumprir as exigências constantes do item 4.2 deste Termo de Referência.

12.6. Margem de preferência

As margens de preferência não são necessariamente aplicáveis ao Judiciário e o TRT3 não dispõe de meio para sua aplicação.



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

12.7. Habilitação econômico-financeira

A habilitação econômico-financeira observará as exigências contidas no instrumento convocatório.

13. Estimativas do valor da contratação

Nos termos do disposto no art. 24, caput, da Lei n. 14.133/2021, o custo estimado da contratação, Anexo C deste Termo de Referência, possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. A medida é recomendável a fim de aumentar as chances de lances mais vantajosos ao TRT3 no pregão, uma vez que os licitantes não saberão, antes do julgamento das propostas, qual o valor máximo destinado pelo TRT3 para custear a contratação em pauta.

Nota-se que a depender do mercado, a publicação do orçamento estimado da contratação ocasiona o chamado efeito âncora, elevando os preços das propostas ao mais próximo possível do valor de referência disponibilizado.

No caso em tela, notamos que há variações significativas neste mercado, considerando que os serviços podem variar a partir de fatores diversos como o nível de desenvolvimento das soluções, funcionalidades já existentes em sistemas similares de titularidade do ofertante, equipe técnica de cada empresa, assim visando atender os princípios da soberania do interesse público e eficiência, sobretudo da economicidade recomenda-se que o preço orçado por este Regional seja mantido sob sigilo, nos termos autorizados pelo art. 24 da Lei 14133/2021.

14. Das infrações e sanções administrativas

Garantida a ampla defesa e o contraditório, à CONTRATADA poderão ser aplicadas, cumulativamente, as penalidades previstas na Lei n. 14.133/2021 e as constantes deste Termo de Referência, a saber:

14.1. Advertência;



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

- 14.2.** Multa moratória, até o máximo de 0,33% (zero vírgula trinta e três por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor do fornecimento ou serviço em atraso, a ser aplicada na hipótese de atraso injustificado de até 30 (trinta) dias no cumprimento dos prazos previstos neste Instrumento;
- 14.3.** Multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da parcela inadimplida, a ser aplicada na hipótese de atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias;
- 14.4.** Multa por inexecução contratual parcial, até o máximo de 15% (quinze por cento), calculada sobre o valor total do contrato, conforme a gravidade da infração, a ser aplicada para as demais hipóteses de inexecução contratual;
- 14.5.** Multa por inexecução contratual total, até o máximo de 20% (vinte por cento), calculada sobre o valor total do contrato, a ser aplicada para a hipótese de rescisão contratual por culpa da CONTRATADA.
- 14.6.** As penalidades pecuniárias descritas neste Instrumento poderão ser descontadas dos pagamentos devidos à CONTRATADA.
- 14.7.** Os atrasos não comunicados ao tempo da ocorrência do fato impeditivo do cumprimento da obrigação, e não devidamente fundamentados, serão considerados como injustificados, ficando a critério do CONTRATANTE a aceitação das justificativas apresentadas.

15. Mapa de gerenciamento de riscos

Documento juntado ao processo, sob identificador 33126-2023-19.

16. Da Equipe de Planejamento da Contratação

A Equipe de Planejamento da Contratação é constituída pelos servidores nomeados a seguir:



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

| | | |
|----------------------------------|---------------------------------------|--|
| Responsável pela Demanda | Fabiana de Oliveira Vasconcelos | Secretaria de Saúde |
| Integrantes Demandantes | Adriano Alves Martins | Secretaria de Saúde |
| | Eric Nunes Carvalho | Secretaria de Saúde |
| | Jeane Correia Camara Guimaraes Brito | Secretaria de Saúde |
| | Nathalia Nabor Ramacciotti | Secretaria de Saúde |
| | Rosamaria De Mattos Diniz | Secretaria de Saúde |
| | Rodner Rodrigues Madureira de Almeida | Secretaria de Saúde |
| Integrantes Técnicos | Ione Francisco Malheiros Tibério | Secretaria de Infraestrutura Tecnológica |
| | Isabel Gomes Barbosa | Secretaria de Sistemas |
| | Josiane Pereira Vitor Martins | Divisão de Segurança da Informação e Comunicação |
| | Luiz Felipe Campos Fernandes | Divisão de Segurança da Informação e Comunicação |
| | Márcia Carolina Marra de Oliveira | Secretaria de Sistemas |
| | Raphael Eustáquio Alves Vilela | Secretaria de Sistemas |
| | Rúbia Márcia Ramos | Secretaria de Infraestrutura Tecnológica |
| Integrante Administrativo | Júnia Mara do Vale | Gabinete da Presidência |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

17. Da dotação orçamentária

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta dos recursos orçamentários consignados de acordo com a Lei Orçamentária. A estimativa orçamentária acompanha este documento no ANEXO C - PLANILHA DE ESTIMATIVAS DE PREÇOS.

APROVAÇÃO E ASSINATURA

Belo Horizonte, 4 de Novembro de 2024

| EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO | | |
|---------------------------------------|---|--|
| Responsável pela Demanda | Fabiana de Oliveira Vasconcelos - Secretária de Saúde | |
| Integrantes Demandantes | Adriano Alves Martins - Chefe do Núcleo do Plano de Saúde | |
| | Eric Nunes Carvalho - Servidor da Seção de Saúde Ocupacional | |
| | Jeane Correia Camara Guimaraes Brito - Servidora do Núcleo de Plano de Saúde | |
| | Nathalia Nabor Ramacciotti - Servidora da Seção de Saúde Ocupacional | |
| | Rosamaria De Mattos Diniz - Servidora da Seção de Assistência Odontológica | |
| | Rodner Rodrigues Madureira de Almeida - Assessor Técnico da Secretaria de Saúde | |



TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Diretoria de Tecnologia da Informação e Comunicação

| | | |
|--------------------------------------|--|--|
| Integrantes Técnicos | Ione Francisco Malheiros Tibério - Assessora Técnica da Secretaria de Infraestrutura Tecnológica | |
| | Isabel Gomes Barbosa - Servidora da Seção de Soluções de Gestão Magistrados e Saúde | |
| | Josiane Pereira Vitor Martins - Chefe da Divisão de Segurança da Informação e Comunicação | |
| | Luiz Felipe Campos Fernandes - Servidor da Divisão de Segurança da Informação e Comunicação | |
| | Márcia Carolina Marra de Oliveira - Chefe da Seção de Soluções de Gestão Magistrados e Saúde | |
| | Raphael Eustáquio Alves Vilela - Assessor Técnico da Secretaria de Sistemas | |
| | Rúbia Márcia Ramos - Chefe da Seção de Servidores de Aplicação | |
| Integrante Administrativo | Júnia Mara do Vale - Assessora Especial - ASE do Gabinete da Presidência | |